

# DA DEMOCRACIA GREGA À DEMOCRACIA UNIVERSAL

CATARINA ROCHAMONTE  
doutoranda UFSCar

**Resumo:** Como compreender as origens gregas da democracia? Qual o significado dessa palavra e qual o seu alcance atual? Compreender o tesouro de um Estado consagrado por leis é compreender a própria história no seu direcionamento democrático e evolutivo. A democracia é a melhor política? Julgamos que sim. Objetivamos, pois, discernir a natureza profunda da democracia para fundamentar sua defesa não só como a melhor forma de governo, mas como a melhor via de construção política para o futuro, visando à justiça, à paz, ao bem-estar e à felicidade possível da humanidade. Entendemos a democracia como a máxima construção política da história do Ocidente e capaz de se afirmar mundialmente, mas constatamos também como obstáculo para essa construção a crítica de matriz marxista que insiste em depreciar as mais variadas experiências democráticas sob o rótulo de “democracia burguesa”.

**Palavras-chave:** Democracia – Marxismo – Brasil

**Abstract:** *How to understand the Greek origins of democracy? What is the meaning of this word and what is your current range? Understanding the treasure of a State consecrated by laws is to understand the history in its democratic and evolutionary direction. Democracy is the best policy? We think so. We aim therefore discern the profound nature of democracy to support his defense not only as the best form of government, but as the best political construction route to the future, seeking justice, peace, welfare and happiness possible for the humanity. We understand democracy as the highest political construction of Western history and capable of asserting itself globally, but we also found as an obstacle to that construction the criticism with marxist matrix which insists on depreciate the most diverse democratic experiences under the label of “bourgeois democracy”.*

**Keywords:** *Democracy – Marxism -Brazil*

**C**ontínuos enlaces entre textos e discursos marcaram a magna Grécia; contínuas buscas de uma unidade solidária entre aquilo que se almejava e aquilo que poderia ser; regressos pátrios, louvores aos reis, peças teatrais, danças, folclore, esculturas e mestres filósofos. Conhecida do mundo pelo brilho intelectual, a Grécia almejou entre outras coisas a estruturação política e a união entre os povos gregos; alcançou parcimoniosamente a elite e desobrigou paulatinamente os servos; erigiu leis absolutamente originais e despertou o tom harmônico dos esteios benignos do amanhã democrático.

O horizonte ateniense favoreceu a construção do ideal democrático grego, ideal esse que se manteve em vínculo constante com os desdobramentos históricos da nossa civilização. Onde se deu o início dessa forma política, concebeu-se primeiramente uma postura menos aberta, mais restrita e, no entanto, tanto mais poderosa devido ao círculo no qual se desenvolveu. A democracia desenvolveu-se entre pessoas imbuídas de um projeto sóbrio de edificação moral e ética e, sobretudo, de aprimoramento individual a partir da construção de si, do autoaperfeiçoamento. Sem abstermo-nos de corroborar a tese que aponta para a desvinculação desse regime antigo em relação ao atual, apreciaremos, sobretudo, aquilo que os une, desconsiderando um pouco as suas diferenças.

Sempre se deu entre nós o desejo ininterrupto de progredir, seja na esfera econômica, seja na esfera política ou moral. Esse progresso se deu na Grécia abruptamente devido, entre outras coisas, ao brilhantismo de determinados indivíduos. Tradicionalmente, elencam-se costumes, hábitos, questões físicas e demográficas ou outros condicionamentos que teriam forçado o advento daquilo que se convencionou chamar “milagre grego”. Nós, porém, albergamos intimamente a certeza de que a História se constrói porque os indivíduos a constroem, ou seja, o determinismo histórico é um termo autocontraditório, pois a História é uma construção humana e os homens são livres.

Pois bem, houve na Grécia um momento em que tais individualidades conseguiram pautar a regra social de acordo com os seus mais nobres anseios e em consonância com as suas mais altas aspirações. Postularam-se leis - que outra coisa não era senão a máxima moralização por eles concebida - e entregou-se aos homens a tarefa de executá-

las dentro da humana possibilidade. O que se destaca aqui como princípio democrático é, portanto, a formulação de leis. O alcance da lei e da promoção do indivíduo em Atenas favoreceu justamente essa circunstância na qual o indivíduo aquilata por si mesmo a postura condizente com a regra e se põe no propósito de servir.

Fortalecer o indivíduo para fortalecer a soberania, enaltecer a virtude para alcançar a perfeição moral, servir à *polis* servindo ao melhor de si mesmo, consagrar ao máximo o trabalho para com os próprios méritos a fim de servir maximamente aos concidadãos: eis o prontuário do estratégico poder político grego. Sem a coordenação entre o individual e o comum não se haveria de conseguir êxito no quesito máximo de elevação ética. Sem a estratégia prévia de autoconstrução não se haveria de alcançar os cumes gloriosos da verdadeira política. *Polis* significa cidade, população: cidadão e indivíduo unidos como um pensamento que se eleva e se constrói sob os auspícios da reta conduta e da dignidade humana.

Constituir leis é favorecer a máxima expressão da humana possibilidade de aperfeiçoamento moral e exigir daqueles que não se alçaram a isso o cumprimento do que se consagrou como norma. Nem o dedo do pequeno carpinteiro nem a coroa do grande rei pode deixar de seguir o que se estabeleceu segundo esse critério. Como se sabe, a perfeição da instituição depende da honesta execução e a honesta execução depende da individual correção e a individual correção depende da capacidade de autogoverno e de autoanálise, depende de um insigne projeto sobre o próprio indivíduo capaz de se enobrecer e, assim, se constituir executor das máximas comuns.

Coletivamente se constroem leis, mas individualmente se consagram os homens a elas. Compreender o tesouro de um Estado consagrado por leis é compreender a própria História no seu direcionamento democrático e evolutivo. Compreende-se facilmente a necessidade de lograr êxito comercial e estabelecer defesas contra ataques belicosos, compreende-se facilmente também a necessidade de assegurar o cumprimento de regras gerais e de convívio, mas, compreende-se pouco o ideal grego de iluminar a si mesmo a fim de colaborar com a cidade e de se instituir honra máxima entre os cidadãos a fim de ser consignado aos elevados postos da política.

Quantos dentre nós se alçam ao mérito público? Quantos se tornam dignatários de aceitação pela labuta própria do autoaperfeiçoamento? Como se pode falar em democracia sem que o instituinte seja um dentre tantos outros insignes lutadores pela possessão de si mesmo? Menor dentre os menores é aquele que se arvora titular e

defensor da lei sem que a honra a isso o acompanhe, pois a lei é o conjunto harmonioso necessário ao soerguimento de um povo, é o escudo protetor da justiça e é o pão dividido entre aqueles que necessitam.

Convidar ao banquete público da oferta de cargos é desonrar o processo final da contínua evolução política na História e desordenar o que deveria pôr a ordem. Conjurando o homem ao aperfeiçoamento moral antes de convidá-lo ao espetáculo da autopromoção nos cargos públicos é o que urge nos dias atuais. Quem se lança ao púlpito sem descer em si mesmo desmerece o trabalho, pois a *lei moral*, tal como foi concebida posteriormente por Kant, se exalta no autoexame e se confirma na própria consciência. A lei transita entre o autodomínio e a autoentrega, entre o forçar a si mesmo e o servir ao próximo, entre o dever para consigo e o dever para com o outro, que outra coisa não é que a execução plena da própria moralidade.

Como se sabe, a lei exige de todo indivíduo a parcimônia quanto ao seu próprio interesse a fim de que a integridade e o interesse do outro seja assegurada. A lei estabelece princípios norteadores da justiça e prescreve a normatividade, seja no âmbito pessoal, seja no âmbito público. Postular assim a lei e exigir seu cumprimento possibilitou aos indivíduos remanejarem seus propósitos e revisitarem seus objetivos. Tendo que assumir um compromisso perante a lei, houve a necessidade de recuar na própria instintualidade destrutiva e no propósito de domínio e de autopromoção. A lei possibilitou, portanto, uma reestruturação do indivíduo, conduzindo-o assim a um novo patamar de moralidade, se não perfeito, pelo menos perfectível, pois atravessado por um ideal altamente nobre de justiça e de equidade.

Construiu-se assim uma nova época da civilização, que tratou de aprimorar as leis de acordo com os seus costumes, mesclando-as com as mais diversas facetas culturais, mantendo, no entanto, a ideia de que o homem guiado por leis é o homem ideal para uma sociedade equilibrada e propícia ao desenvolvimento. Fomos então levados a uma nova era em que o depósito clássico que estava em vias de construção pôde simultaneamente ser absorvido pela História e alimentá-la em seu progresso.

Tendências díspares atravessaram os séculos e, conforme nos seja permitido aqui um aceno bastante pessoal, diremos que se travou uma batalha entre duas posições contrárias no que diz respeito à democracia: de um lado tivemos os socialistas, que pressupuseram que a justiça social carecia mais de um poder capaz de assegurá-la que de

uma lei que a justificasse; do outro lado tivemos os teóricos mais afeitos às conquistas sólidas, mas graduais, resultado de um processo ainda em construção.

Dentro desse paradigma em que se contrapõem, de um lado, um fluxo de ideias retroativas que propõe a aniquilação do que já foi conquistado em nome de uma conquista futura e, de outro, um fluxo de ideias que pretende aperfeiçoar as conquistas a fim de obter o máximo da qualidade do que já foi constituído, pessoas se mobilizam para levar a termo cada um dos dois lados, verificando-se, ainda hoje, a mesma presunção passada de justificar as mais atrozes e perniciosas condutas contrárias ao senso crítico e ético pela simples crença de que assim se chegará a um estágio melhor de justiça social. Fortalece-se com isso uma tendência revolucionária que classifica como parcial e seletiva a democracia que deveria ser destinada a todos.

Ora, como seria possível desvincular o conceito de democracia de uma ideia e postulá-la como uma realidade sem que antes houvesse a justa compreensão do seu valor e do seu significado?

Primeiro de tudo, democracia é um governo regido, limitado e questionado pela lei e a lei é o ideal mais próximo daquilo que se pôde conceber como justiça. Como então se poderia, sob o pretexto de se buscar a Justiça, rompê-la e desrespeitá-la como se dá em todo processo de uma falsa emancipação? Pois foi justamente essa a atitude mais famigerada dos regimes socialistas que brutalmente respaldaram atentados contra a humanidade sob a forma de morticínios e de aniquilamento da liberdade individual. Sendo que, voltemos à Grécia antiga, foi a liberdade individual que garantiu à humanidade os mais altos avanços e as mais formidáveis conquistas.

### **Hegelianismo, marxismo, socialismo e os desastres da Venezuela e do Brasil**

Um momento antes da atual conjuntura, um período afamado como moderno precipitou-se em teorias absurdas e definitivamente além dos horizontes próprios da averiguação humana. Além de a mensagem sobrepujar o próprio horizonte limitado do conhecimento, seu teor alcançou um patamar só permitido ao discurso advindo da própria revelação. Referimo-nos ao espetáculo metafísico do séc. XVIII onde os maiores progressos técnicos se encaminhavam para uma melhor aplicação e a singular presunção humana lançou o próprio pensamento técnico aos céus, como se a possibilidade de arranjar conceitos fosse suficiente para fazer a verdade fluir.

Recalcitrantes no que tange às demandas críticas impostas por Kant, os idealistas se propuseram uma metafísica romântica incomparável em beleza e em falta de lucidez, pois a própria perscrutação do infinito pressupõe as outras que as meramente intelectuais. Concentrando esforços na fulguração divina do inusitado intento, o filósofo Hegel se prestou a artes infinitas de dialética enquanto o espírito absoluto de que falava outra coisa não era que a empáfia própria de uma mente obscurecida pela própria potência.

Ligar Deus ao conceito sem atinar para a concordância efetiva entre Deus e fé, sem atinar para a transcendência absoluta de Deus em relação à lógica é sinalizar conflitos e abastecer corretas inclinações sem corretas possibilidades. Não negamos que Deus seja o infinito e o absoluto, negamos que ele seja o infinitamente lógico, pois o *logos* é tão somente a esfera menor na qual a inteligência humana pode trabalhar. Limitar Deus à lógica é limitar o homem ao pensamento intelectual e sem vida: coerência desprovida de seiva e de chão, de sapiência existencial e de carnalidade, pois a carne também participa da ascensão gradual ao conhecimento através de suas depurações sucessivas. Como o próprio filósofo se abismava na própria terra inventada, a tendência máxima da estupefação alienante se verifica ao comparar-se a si mesmo ao espírito absoluto sob o pretexto de tê-lo atingido. Tudo isso não passa de desatinos próprios de uma mente privilegiada em um determinado aspecto e obtusamente frágil em outros.

Comparar o esforço hegeliano ao esforço marxista é o propósito do nosso texto, pois enquanto um sobrevoava o tempo em busca do espírito absoluto, o outro solapava as esperanças dos que criam no efetivo espírito. Desterrados do conceito obnubilador de absoluto metafísico, os homens se ataviaram na busca da perfeição terrena por caminhos altamente deturpados e carentes da mais singela e humilde vocação evangélica. Correram atrás das massas e enobreceram cidadãos desprovidos de espírito religioso, respaldaram teses abjetas e demoliram pretensões sãs e coerentes de consolidar paulatinamente uma sociedade hábil e concretamente constituída sob o respaldo da democracia; consolidaram um poderio beligerante próprio da terra e com ele apregoaram o paraíso terrestre, deserdaram homens e assaltaram mãos famintas a propósito de um bem coletivo altamente questionável.

Essa rápida digressão quer fazer ver que um erro teórico, se deixado à solta, conduz a pérfidas consequências e consagra louros à ignorância. O quesito em pauta, porém, não

é nem metafísica, nem política, mas a real necessidade humana de conduzir o mundo segundo preceitos radicados em princípios reais.

É verdadeiramente estúpida a crença de que o solapamento das instituições democráticas favorecerá, de algum modo, o povo mais necessitado, aqueles que mais sofrem as desigualdades de um mundo onde reina a obstinada carência de solidariedade e no qual se destina uma ínfima parte dos recursos para uma maioria faminta, enquanto bilionários se comprazem no luxo e na ostentação. Saber que um mundo desigual permanecerá é menos aterrorizante do que saber que um mundo igualmente injusto será alcançado caso se institua outra forma de governo, pois a cupidez humana é tal que não adianta tentar desfigurar um nome qualquer para escondê-la. Não se trata, pois, de um mundo injusto devido a um sistema de produção, mas trata-se de um mundo injusto devido à própria estrutura moral da sociedade.

Não adianta, portanto, tentar alcançar um novo patamar de justiça social delegando poder a alguém que se autointitula o único capaz de partilhar bem o pão para todos, pois esse mesmo alguém que supostamente protegerá o povo será o encarregado de desviar tudo o que estiver ao seu alcance para satisfazer a própria ganância. O perigo do discurso que se projeta como bom é que a própria consciência relaxa, possibilitando àqueles que roubam e que agem de modo imoral perdoarem a si mesmos por se sentirem acima daquilo que lhes ditaria a lei. Uma coisa, portanto, que precisa ficar bem clara em todo debate político é a necessidade com que a mera concessão de um poder arbitrário consegue violar as mais evidentes conquistas favoráveis ao desenvolvimento e ao progresso.

Consentâneo obstáculo ao progresso verifica-se hoje quando os líderes remotos se fazem aplaudir através de uma covarde desistência e de uma anárquica coesão. Venezuelanos se põem em busca de um líder capaz de governar um povo sem que a astúcia e o desatino mental os ponha a perder. Liderados por homens desastrados e deficientes, o povo da Venezuela clama e se revolta sem que a política mundial se dê ao caso de verificar a atual correção do mandato em vigor. O dirigente deste país está completamente louco e, conquanto a democracia seja o esteio fundamental da nossa civilização, o Brasil se prestaria um favor se opondo a um tutor beligerante e deturpado nos mais singulares princípios éticos.

O norte maior da condução comum é a Justiça e a Justiça é o elemento básico de coesão e coerção. Conquanto os esforços diplomáticos de interferir minimamente na

soberania nacional seja um zelo elementar, o atual presidente da Venezuela deveria ser banido do cargo a menor violação dos Direitos Humanos. Conduzido pela massa ignorante e pelos partidários débeis, seu mandato consolida-se tão somente pelo apoio popular que, uma vez retirado, deveria retirá-lo do cargo também. O apoio insólito dos países vizinhos se afigura algo abjeto, pois o elemento maior desse apoio é a questão financeira do respaldo energético. Cumplicidade ante a maior falta de respeito aos Direitos Humanos e sórdida aliança por fins materiais é o que se verifica no descaso global com a problemática atual desse país. Convocar o povo ao apoio estudantil e convocar à parcimônia aqueles que se dizem comunistas é uma luta atual e necessária, pois tudo o que diz respeito à honradez e à dignidade humana é objeto de estudo e de direção em qualquer tempo em que se lhes corrompa o progresso.

Uma tentativa de governo construída sob alicerces válidos precisa, necessariamente, estabelecer um foco em algo que supere a proposta inicial de tomada de poder. Tomar o poder para, depois disso, construir algo em benefício do povo parece a mais sólida posição sempre que o povo desconhece a hipocrisia daqueles que o apadrinham. O povo merece sim um cuidado da parte daqueles que o governam e pode exigir proteção das leis que regem a vida pública e civil; não pode, entretanto, requerer daqueles que o governam uma postura pacífica e possivelmente amestradora frente à corrupção do patrimônio que deveria servir para subsidiar aquilo que ele está requerendo. Pode o corruptor corromper pelo bem comum? Não. Por uma questão já estabelecida entre todos aqueles que se situam dentro do limite da Constituição e pela constituição moral da própria consciência que recusa a submissão de uma coisa a uma outra que a destrói.

Para o bem público é necessária a postura digna frente à coisa pública e a promoção de valores condignos à moral e à virtude. Não adianta promover valores em estado de tensão social satisfazendo-se com a retórica hipócrita daqueles que se julgam acima da lei pela possibilidade de converterem em séquitos uma vasta parte de pessoas que lutam pela dignificação. Dignidade concedida não apenas pelo pão, necessário sim, mas pela possibilidade de lutar para conquistá-lo e de conquistar a própria liberdade de pensar para que a proposta seja não de alienação, mas de libertação política. No entanto, tem-se conseguido apenas dominar, coagir, restringir e cercear o pensamento daqueles que supostamente foram “salvos” por um paternalismo abastecido pelas moedas de ouro dos cofres públicos.

Não por acaso se vivencia hoje, no Brasil, uma coisa desastrosa no sentido mais abrangente do termo: desastre no sentido moral, porque, sem parcimônia, ou talvez sem reflexão, pessoas de bem corroboram atitudes absolutamente contrárias aos preceitos éticos por acreditarem que o partido que atualmente governa tem efetivamente estado em favor daqueles que mais carecem de auxílio; desastre político porque se desvinculou totalmente a ética da política como se não houvesse necessidade de justificação quando da deturpação de valores morais; e desastre econômico porque a poderosa potência que poderíamos ter nos tornado acabou se transformando em uma máquina que absorve dinheiro para gente desonesta.

Diante desse quadro restam duas opções: a primeira é retomar a discussão a partir do ponto em que se tratava da lei como máximo ideal, como réplica possível da Justiça e tentar, sob todas as formas, fazer com que aqueles que se desviaram da lei sejam punidos. A segunda opção é permanecermos servís a uma ideologia perniciosa que optou por desqualificar a tarefa de todo aquele que trabalha honestamente por acreditar que a corrupção é justificável quando a sobra dela vai favorecer alguns milhares de indigentes que são alimentados em seus estômagos e cerceados em suas aspirações por um progresso digno e efetivo, que só se pode realizar em um país onde a economia floresce e os políticos não se comprazem em se lambuzar de dólares saqueando o dinheiro que deveria ajudar a levantar o país e levá-lo para o rumo sério do progresso.

Muito se proclama a tese de que o oprimido precisa de um tribunal superior que o testemunhe como opróbrio e esquecido do sistema social. Muito se divulga em termos neocomunitários que a possibilidade de degradação humana substitui a honra e que aquele que fere o princípio de igualdade certamente compactua com a obra desigual de uma sociedade desumana. Nem um nem outro ponto de vista se sustenta perante o Evangelho de Jesus, para o qual o pobre permanece sempre como o olho daquele que vê, como o tempo de salvação para aqueles que o encontram e que o têm em seu coração para a partilha mais alta, que é a partilha cordial do amor.

Suplantar uma ordem econômica desigual poderá fortalecer os alicerces de uma comunidade de homens de bem, no entanto, contestar a ordem com o discurso de um socialismo que obstruiria a livre iniciativa, o livre-comércio, a liberdade política e a liberdade de expressão não é saber fazer o bem, mas apenas promover questões absolutamente ultrapassadas diante do atual dilema de uma civilização que atingiu o apogeu econômico sem o apogeu moral, que obteve êxitos extraordinários nas leis, nas

artes, na cultura e na produção, mas cuja capacidade de amar e de elevar-se moralmente segue a linha descendente das anormalidades téticas.

Marat, líder revolucionário, sabia dirigir-se ao povo e consagrar-se a ele. Hitler, líder fanático e beligerante soube conquistar boas, simples e honestas almas. Mussolini tentava, antes de tudo, enaltecer os que se julgavam ameaçados e desprezados. Nenhum deles amou, nenhum deles se doou, nenhum deles venceu o mal dentro de si antes de conquistar seus séquitos e disseminar suas loucuras. Ghandi, ao contrário, possivelmente foi o único estadista cuja revolução partiu da serenidade e da persuasão benéfica de uma finalidade sã. Negar a postura tutelar diante das consciências, sejam quais forem as utopias que a sustentem, é imprescindível para uma verdadeira luta. Hoje, o marco global admite menos o ditador sanguinário e totalmente desprovido de ética. Entretanto, temos diante de nossos olhos líderes ávidos de poder cuja enlameada vida se limpa nas águas hipócritas do discurso sugestivo que deliberadamente contagia pela expressão da virtude que lhe falta.

Precisamos, antes de tudo, reavivar em nós a serenidade e a juventude, propondo não uma reestruturação de empreendimentos históricos já condenados, mas a possibilidade de novas concepções e de outras ideias. O liberalismo econômico subrepticamente colabora com todos aqueles que o desfiguram e promove o progresso mesmo entre aqueles que gesticulam truculentos sobre o seu caráter supostamente nefasto. Como haveremos de prosseguir a marcha sempre reavivando pretensas teorias libertárias que trazem em sua própria essência a servidão e a ideologia de uma mente eivada de preconceitos? Proponhamos antes uma nova forma de aumentar o ardor libertário enquanto somos capazes de resistir à manipulação opressora das ideias únicas.

Nós hoje somos impelidos a uma luta que envolve todos os países democráticos e que deve se fazer ver e ouvir mesmo diante do brado ostensivo que visa desfigurar a razão de ser dessa ofensiva. Somos lutadores do bom combate. Somos sujeitos de um novo momento da História em que a esquerda outrora revolucionária e libertária torna-se tirana e liberticida. Somos os sujeitos de um levante democrático que se afigura como um ponto de equilíbrio entre a tirania do poder corrupto em ato e a desfaçatez de oportunistas cujo discurso radical e preconceituoso turva as nossas reais bandeiras. Mas somos atentos a toda e qualquer manipulação ideológica que se assemelhe a um despertar, embora seja tão somente um salto desavisado no discurso impostor. Somos

amantes da liberdade, da regra do Estado de direito, do livre pensamento, da livre expressão, da livre iniciativa, da liberdade, em suma, em todas as suas modulações.

É preciso reconhecer que o mundo de hoje se encontra profundamente transformado e que o indivíduo que, na modernidade, sabia estar travando uma batalha contra o seu tempo seria hoje considerado um pensador ultrapassado e conservador. No entanto, há ideias que nunca foram totalmente compreendidas e por isso não puderam realizar aquilo a que se destinavam. Por exemplo, aqueles homens que lutaram pela liberdade, por ocasião da revolução francesa tiveram êxito? Será que seus ideais foram efetivamente seguidos? Se tivessem sido, teríamos um mundo um pouco menos sobrecarregado de preconceitos e de aflições.

O que preconizava o ideal iluminista? O desenvolvimento da razão, a clarificação dos horizontes e a emancipação humana a partir de si mesmo, da própria consciência no exercício da liberdade. Isso se perdeu na própria História, pois os movimentos emancipacionistas se deram não por meio de uma consciência emancipada, mas pela absolutização de um fim diferente daquele que a consciência requisitava. O poder dado aos revolucionários fez da Revolução Francesa o caminho da servidão, na medida em que se consagrou uma mínima parte ao poder da consciência e uma enorme parcela ao poder outorgado a outrem. Como um indivíduo que se submete é capaz de emancipar-se? Como falar de emancipação quando se estatui uma odiosa perseguição a todo aquele que se manifesta contrariamente aos desígnios tutelares de uma instância, seja ela o partido, o governo, a igreja ou outra coisa qualquer? Não se trata, pois, de falha no projeto iluminista. Trata-se de falha na execução humana de ideais nobres. Não há que se conformar com a derrocada da razão, mas alimentá-la com a nobreza de um ideal humanitário e a franqueza de uma liberdade desprovida de más inclinações.